

Cadernos Espinosanos

número especial sobre Maquiavel e Espinosa



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 32 jan-jun 2015 ISSN 1413-6651

IMAGEM escultura de Maquiavel em mármore, 1845, autoria Lorenzo
Bartolini, presente na *Galleria degli Uffizi* em Florença.

MAQUIAVEL E A *VIRTÙ* POPULAR

Antônio David

Doutorando, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

mdsf.antonio@gmail.com

RESUMO Nas primeiras linhas de seus *Discorsi*, ao comparar a fundação de Roma com a fundação de Esparta, Maquiavel afirma: “(...) se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda”. Nesse artigo, examinaremos no que consiste a segunda fortuna e sua possível relação com a *virtù* popular. Opondo-se à tradição, que associa perfeição à indivisão social e ausência do conflito, Maquiavel mostra que foi exatamente a desunião entre a plebe e os grandes o fator que operou decisivamente em favor da perfeição da República e da vida livre.

PALAVRAS-CHAVE Maquiavel, *virtù* popular, fortuna, tumulto, conflito.

O capítulo 2 do Livro 1 dos *Discorsi* é dedicado à comparação entre a fundação de Roma e a fundação de Esparta. Tomemos como ponto de partida uma longa passagem do capítulo em questão:

Embora Roma não tivesse um *Licurgo* que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se seus primeiros ordenamentos foram insuficientes, nem por isso a desviaram do bom caminho que a pudesse levar à perfeição. Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino, e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem imediatamente dois cônsules para ficarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e *optimates*. Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular: motivo por que, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo subleveu-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim se criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte (MACHIAVELLI, 2007, pp. 18-19).

A passagem é rica em elementos que constituem o centro do pensamento político de Maquiavel. Vemos nela a presença da *virtù* –

na figura de Licurgo –, à qual são associadas as noções de finalidade e ordenação, e a presença da fortuna; figuram nela o reino e a república; figuram também a plebe¹ e a nobreza (bem como o senado), cuja oposição vem acompanhada da noção de formas de governo [*qualità di governo*]; nela observamos ainda a presença das noções de liberdade, poder, autoridade, boas leis, bom caminho e perfeição; há na passagem uma noção muito cara ao pensamento de Maquiavel: a decisiva importância do princípio, o momento de fundação de uma comunidade política organizada; e, finalmente, nela podemos notar a presença (ou pelo menos traços) de um importante aspecto do pensamento de Maquiavel, que consiste no paralelo entre a política e a física, aqui figurados nas noções de manutenção – conceito chave no pensamento político de Maquiavel – e “sua parte”².

1 No curso de sua obra, à primeira vista Maquiavel parece empregar os termos *plebe*, *popolo* e *moltitudine*, os quais foram traduzidos na edição por nós consultada por “plebe”, “povo”, “multidão”, respectivamente, sendo que também figura o termo *universale*, que ganhou traduções diferentes, dependendo do contexto. O estudo do problema posto neste artigo exigiria o exame do emprego, por Maquiavel, destes conceitos, o que não fizemos. É importante, contudo, notar que em algumas passagens Maquiavel refere-se ao povo como “matéria” (cf. MACHIAVELLI, 2007, pp. 65, 71, 75, 111 e 161) e a ordenação como “forma” (MACHIAVELLI, 2007, p. 75). Dirá Maquiavel que “uma autoridade absoluta [*autorità assoluta*], em brevíssimo tempo, corrompe a matéria” (MACHIAVELLI, 2007, p. 111).

2 Tal aspecto do pensamento de Maquiavel foge do escopo deste artigo, motivo pelo qual não o abordaremos. Basta, contudo, notar que, em Maquiavel, mais do que “bom” ou “ruim”, a política (arte da conquista e manutenção de estados) é abordada por Maquiavel, sobretudo, como sendo “fácil” ou “difícil”. Daí a centralidade de conceitos advindos da física para se abordar a política: força, resistência, equilíbrio etc.

Rica, portanto, em elementos próprios do pensamento maquiaveliano, a passagem em questão deixa, todavia, em aberto uma das questões centrais deste pensamento. Amparando-se na oposição entre *ordenação* e *acaso*, Maquiavel conclui que Roma não teria tido a “primeira fortuna”, mas a “segunda fortuna”, e o faz nestes termos: enquanto Esparta foi ordenada, desde sua fundação, por um homem de *virtù*, Roma foi ordenada pelo acaso.

O “acaso” do qual Maquiavel fala na passagem acima transcrita, graças ao qual Roma pôde usufruir a vida livre por longo tempo, à primeira vista parece estar ligada ao fato de terem surgido inúmeros “acontecimentos”. Em tese, “tantos acontecimentos” contrapõem-se a um único acontecimento, qual seja, à ação de um único homem – Licurgo – de *virtù*.

Não haveria nada de intrigante nessa afirmação não fosse o fato de a “segunda fortuna” ter advindo da sublevação popular. O problema pode ser reduzido a duas questões: de um lado, como conciliar essa concepção com o fato de que também a ação de um único homem de *virtù* é *cercada de* inúmeros acontecimentos? Ou seja, também a *virtù* só pode manifestar-se se para tanto encontrar ocasião, isto é, se a fortuna lhe for favorável?

De outro, como conciliá-la com a constatação, feita na mesma passagem, de que a nobreza “foi obrigada a conceder ao povo a sua parte” não por outro motivo senão porque “o povo sublevou-se”? Ou seja, por que razão Maquiavel, em face da sublevação popular, não atribui ao povo romano uma *virtù*? Noutros termos, por que a sublevação popular aqui não é encarada como uma ação dotada de *virtù*, mas como fruto

do acaso? No presente artigo, pretendemos concentrarmo-nos sobre a segunda questão³.

VIRTÙ E FORTUNA: O PRÍNCIPE E O POVO

Em relação ao primeiro problema, não há melhor exemplo do que aquele célebre e conhecido caso, oferecido no capítulo VII d’*O Príncipe*, qual seja, Cesare Borgia. Nessa conhecida passagem, Maquiavel argumenta: “Tendo ele ânimo forte e intenção elevada, não poderia ter agido de outra maneira”, e complementa: “não [se] pode encontrar melhor exemplo [de *virtù*] que as ações desse duque” (MACHIAVELLI, 2001, p. 34). Maquiavel é taxativo: “eram bons os fundamentos que ele plantou” (MACHIAVELLI, 2001, p. 33).

Cesare Borgia é o melhor exemplo porque, a despeito de ele ter agido com a maior *virtù*, a fortuna não lhe foi favorável: contrariaram seus desígnios somente a brevidade da vida de Alexandre e sua própria enfermidade.

Se levarmos em conta o exemplo de Cesare Borgia, somos obrigados a pensar que, nas entrelinhas da frase “embora Roma não tivesse um *Licurgo* que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo (...)”, há um pressuposto não dito, a saber, se *Licurgo* foi bem-sucedido em sua empresa, a fortuna foi-lhe favorável. Ora, também a fortuna não é rodeada de “tantos acontecimentos”? Se

3 Para tanto, o procedimento correto seria levar em conta o que dizem as fontes secundárias, em particular aqueles comentadores especialistas em Maquiavel. Por falta de espaço, optamos por priorizar a leitura da obra de Maquiavel.

assim for, persiste a dúvida: por que Maquiavel atribui a Licurgo a *virtù* pela ordenação de Esparta, ao passo que não atribui ao povo romano a *virtù* pela ordenação de Roma?

Passemos ao segundo problema. A questão pode ser posta nos seguintes termos: se no princípio *Licurgo* ordenou seu Estado, e se o fez, supomos, em meio a “tantos acontecimentos”, não pode a ação do povo ser comparável à ação de *Licurgo*? Noutros termos: não poderia a sublevação popular ser vista como uma ação decisiva em meio a “tantos acontecimentos”, ou seja, uma ação dotada de *virtù*, tal como a ação e *Licurgo*? Ou, ao contrário, a sublevação popular é encarada como um dentre muitos acontecimentos – um *mero* acontecimento? Por que opor à figura do “ordenador”, do homem extraordinário dotado de *virtù*, não a figura do povo dotado de *virtù*, mas a imagem do “acaso”? Em suma, por que a passagem dá a entender que aparentemente não podemos falar em *virtù* popular?

Para o exame do problema, é conveniente notar a maneira como Maquiavel aborda a *virtù* popular em outras passagens de sua obra⁴. Assim, será possível estabelecer parâmetros adequados à interpretação da passagem e, por conseguinte, ao estabelecimento, senão do lugar do povo no pensamento político de Maquiavel, ao menos de um aspecto decisivo.

4 Tarefa que seria plenamente realizada apenas mediante o exame da obra completa de Maquiavel. Neste artigo, limitamo-nos ao exame de *O Príncipe*, na íntegra, e do livro I dos *Discorsi*.

Sobretudo n’*O Príncipe*, são conhecidas as passagens nas quais Maquiavel sustenta que o príncipe deve apoiar-se no povo, se quiser manter-se em segurança. Partindo da ideia negativa de que “um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos” (MACHIAVELLI, 2001, p. 44)⁵, Maquiavel oferece a formulação positiva, segunda a qual “um príncipe deve ter em pouca conta as conspirações enquanto o povo lhe for favorável” (MACHIAVELLI, 2001, p. 90).

Nos *Discorsi* tais considerações são retomadas, embora com menos veemência, dado que o objetivo principal da obra não é oferecer conselhos a príncipes. Nela, diz Maquiavel que “quem tem o povo todo por inimigo nunca estará seguro” e “o maior remédio é procurar angariar a amizade do povo” (MACHIAVELLI, 2007, p. 66). E, ao abordar a maneira pela qual se deve, numa república, reprimir a insolência de alguém que se torne poderoso, Maquiavel postula a importância de “pré-ocupar” os espaços que este venha a ocupar, o que envolve “favorecer o povo” e “ganhar reputação entre o povo” (MACHIAVELLI, 2007, p. 150-151).

É, sobretudo, nos *Discorsi* que Maquiavel contrapõe o desejo dos nobres e o desejo do povo, evidenciando, mas sob outra ótica, o que n’*O Príncipe* já havia sido mostrado: que a política opera sobre o campo das paixões e dos desejos.

5 Também: “quando este se tornar seu inimigo ou lhe tiver ódio, deverá temer todas as coisas e todo o mundo” (MACHIAVELLI, 2001, p. 90) e “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão, pois jamais faltam aos povos sublevados estrangeiros que os auxiliem” (MACHIAVELLI, 2001, p. 103).

Assim, o desejo fundamental da política consiste em que, “se considerarmos o objetivo dos nobres e dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes” (MACHIAVELLI, 2007, p. 24)⁶.

O confronto entre esses desejos pode ser positivo ou negativo, segundo Maquiavel⁷. Da parte do povo, este “deseja sempre duas coisas: uma é vingar-se dos que lhe acarretam a servidão, e outra é recobrar a liberdade. O primeiro desejo pode ser satisfeito no todo; o segundo, em parte” (MACHIAVELLI, 2007, p. 67). Contudo, se o segundo desejo pode ser satisfeito apenas em parte, é de notar que “uma pequena parte [dos homens] deseja ser livre para comandar, mas todos os outros, que são infinitos, desejam a liberdade para viverem com segurança” (MACHIAVELLI, 2007, p. 67). Como veremos adiante, um povo não corrompido por inteiro é inclinado a satisfazer tal desejo sem prejuízo ao bem comum; não é o caso dos nobres.

É verdade que, em determinado momento do livro I dos *Discorsi*, Maquiavel faz menção ao “demasiado desejo” de ambas as partes, povo e nobres⁸. Porém, ele procura mostrar que o povo tem boas razões para que nele haja esse desejo, o que não se passa com a nobreza. O im-

6 Parte de tal proposição já havia sido enunciada n’*O Príncipe*: “o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes” (MACHIAVELLI, 2001, p. 43).

7 Sobre o confronto de desejos com desfecho positivo, note-se, por exemplo, a noção de “acordo” entre plebeus e nobres, no qual cada parte cedeu um pouco (MACHIAVELLI, 2007, p. 59).

8 “Roma se incorreu no inconveniente de criar uma tirania pelas mesmas razões por que nasce a maior parte das tiranias nas cidades: pelo demasiado desejo do povo de ser livre e pelo demasiado desejo dos nobres de comandar” (MACHIAVELLI, 2007, p. 127).

portante, na passagem mencionada, é que nela Maquiavel mostra haver espaço para um acordo entre as partes, o que significa, uma relação de concordância entre os desejos em confronto, mas mostra também que a impossibilidade do acordo leva à tirania. “E, quando não se acordam na criação de uma lei em favor da liberdade, mas alguma das partes se põe a favorecer alguém, logo surge a tirania” (MACHIARELLI, 2007, p. 127). Tais pontos serão retomados adiante.

Por ora, basta dizer que, em Maquiavel, a nobreza, ao contrário da plebe, parece não poder se aquietar. Tratando do advento da república romana, Maquiavel afirma que, “havendo o povo romano recuperado a liberdade e retornado à sua condição anterior (...) parecia razoável que Roma se aquietasse de vez. No entanto, a experiência mostrou o contrário; porque a cada dia surgiam novos tumultos e novas discórdias”, do que conclui: “[Tito Lívio] diz que, entre povo e nobreza, sempre havia um que se ensoberbecia, enquanto o outro se humilhava; e, estando a plebe quieta em seus limites, os jovens nobres começaram a injuriá-la” (MACHIARELLI, 2007, p. 137)⁹.

Ao tratar da utilidade do tribunato, Maquiavel chega a dizer que tal magistratura teria sido útil “não apenas para refrear a ambição dos poderosos contra a plebe, mas também a ambição dos poderosos contra si mesmos” (MACHIARELLI, 2007, p. 147).

9 Ao fazer menção à reação dos filhos de Bruto e de outros jovens romanos nobres à liberdade conquistada pelo povo romano quando do advento da república, Maquiavel é taxativo, “a liberdade daquele povo parecia ter-se tornado servidão para eles” (MACHIARELLI, 2007, p. 66). Evidencia-se, aqui, a centralidade das paixões na política: para tais jovens, a servidão aparece na liberdade dos outros.

Todos os apontamentos até aqui feitos nos dão pistas fracas. Se serão relevantes para o que virá a seguir, deles não podemos extrair nenhuma conclusão à luz do problema aqui examinado. Afinal, se a relação entre patrícios e plebeus é recortada por desejos em confronto, podendo tais desejos convergir ou não, a questão posta no início persiste: o povo é dotado de alguma *virtù*?

É especialmente relevante constatar que, quando n’*O Príncipe* aparece a sublevação popular, Maquiavel de pronto introduz a figura do príncipe, ou através do estrangeiro – “jamais faltam aos povos sublevados estrangeiros que os auxiliem” (MACHIAVELLI, 2001, p. 103) –, ou através da elevação de algum pela reputação – “quando [o povo] percebe que não pode resistir aos grandes, dá reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade” (MACHIAVELLI, 2001, p. 43).

Aparentemente, Maquiavel estaria partindo do pressuposto de que o povo é incapaz de instituir uma república livre. Tudo se passa como se à revolta popular devesse seguir-se necessariamente um novo principado. Cabe investigar se tal interpretação já foi desmentida pelos *Discorsi*, como vimos na passagem que figura na introdução do presente artigo, ou se aquela passagem não autoriza a concluir que o povo tenha instituído uma república livre, dado que, segundo Maquiavel, a “segunda fortuna” de Roma teria sido fruto do “acaso”.

De acordo com a passagem em questão, não há dúvida de que a sublevação popular ocorreu apenas e tão somente quando a nobreza tornou-se “insolente”. Ocorre, porém, que a insolência da nobreza não foi obra do acaso, como mostram os capítulos seguintes dos *Discorsi*:

“quando os Tarquínios morreram, os nobres perderam o medo e começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam” (MACHIAVELLI, 2007, p. 20). O que se sucedeu? “faltando os Tarquínios, que com o medo refreavam a nobreza, foi preciso pensar numa nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzido pelos Tarquínios em vida. Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 21).

O problema persiste: a “nova ordenação” é introduzida na narrativa sem que venha acompanhada da figura do “ordenador”. Tudo indica estarmos diante de uma ordenação sem sujeito. O fato de Maquiavel recorrer à voz passiva (“foi preciso”) e ao sinal do sujeito oculto (“chegou-se”) parecem atestar essa interpretação. Em suma, estaríamos aqui diante de uma ordenação sem *virtù*?

Nessas linhas, Maquiavel parece querer mostrar que, se o povo possui alguma *virtù* – o que, a considerar as passagens por ora analisadas, ainda não é certo –, certamente ela difere da *virtù* do ordenador. A pergunta que de início fizemos segue sem uma resposta satisfatória. Todavia, a leitura dos capítulos seguintes dos *Discorsi* oferecerá a resposta.

Logo no início do capítulo 4 do livro I, avisa Maquiavel: “Não quero deixar de falar dos tumultos que houve em Roma desde a morte dos Tarquínios até a criação dos tribunos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 21)¹⁰.

¹⁰ Nesse momento, Maquiavel oferece exemplos quanto ao significado de “tumulto” na prática: “povo junto a gritar”, “correr em tumulto pelas ruas”, “fechar o comércio”, “sair toda a plebe de Roma” (MACHIAVELLI, 2007, p. 22).

Opondo-se à “opinião de muitos”, Maquiavel argumenta: “Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam” (MACHIAVELLI, 2007, p. 166)¹¹.

Prossegue o florentino: “(...) não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*, porque os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação, das boas leis, e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar”. Maquiavel argumenta ainda que “quem examinar bem o resultado [dos tumultos] não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública” (MACHIAVELLI, 2007, p. 22), do que conclui: “os tumultos foram razão para a criação dos tribunos”, motivo pelo qual “merecem sumos louvores” (MACHIAVELLI, 2007, pp. 22-23).

Opondo-se às tradições greco-romana, escolástica e humanista, que associa perfeição à indivisão social e ausência do conflito, Maquiavel mostra que foi exatamente a desunião entre a plebe e os grandes que operou decisivamente em favor da perfeição da República e da vida livre. Segundo Maquiavel, “todas as leis que se fazem a favor da liberdade nascem da desunião [do povo e dos grandes]” (MACHIAVELLI, 2007, p. 22).

Assim, se à figura do “ordenador” contrapõe-se a imagem do “acaso”, os parágrafos aqui analisados sugerem a maneira como deve-

11 No capítulo 58 do livro 1 dos *Discorsi*, Maquiavel dirá que escreverá contra “Tito Lívio e todos os outros historiadores” (MACHIAVELLI, 2007, p. 166). N’O *Príncipe*, Maquiavel contrapôs-se a “todos os sábios de [seu] tempo” (MACHIAVELLI, 2001, p. 12).

mos entender o “acaso” na narrativa. Quando houve “ocasião”, ou seja, quando, sob o desaparecimento dos Tarquínios, não mais razão havia para que a nobreza “ocultasse” sua maldade, o povo opôs resistência à nobreza, sublevando-se. Onde reside o acaso? *Agora, o “acaso” parece referir-se especificamente ao desaparecimento dos Tarquínios.*

Se tal hipótese estiver correta, é o caso de investigar se as consequências ou os efeitos deste acaso ocorreram também sob o signo do acaso ou se neles impôs-se a *virtù*. Se a obra de Maquiavel oferecer os elementos que permitam pensar na *virtù* popular – desmentindo, assim, a conclusão que à *primeira vista* se tirou da passagem introdutória –, a hipótese que aqui colocamos talvez proceda. É o que veremos agora.

O POVO É CAPAZ DE ENTENDER E AGIR

Inaugurada por Tito Lívio, a tradição designa por “vulgo” a face terrível da plebe: “É da natureza da plebe ser um servo humildemente submisso ou um senhor insolente quando domina” (TITO LÍVIO, *História de Roma*, XXIV, 25, 8, *apud* CHAUI, 2003). Tomás de Aquino, assumindo a impossibilidade de o vulgo alcançar o incorpóreo (AQUINO, *Expositio de hebdomadibus*, l. I, *apud* CHAUI, 2003), designa o “vulgo ignóbil” como “indigno” (AQUINO, *Catena in Mt.*, cap. 14 l. 4 *apud* CHAUI, 2003).

N’O *Príncipe*, Maquiavel parece à primeira vista seguir a tradição: “Cuide, pois, o príncipe de vencer e manter o estado: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no mundo senão o vulgo; a minoria não tem vez quando a maioria tem onde se apoiar” (MACHIARELLI, 2001, pp. 85-86).

Contudo, os *Discorsi* apresentam este homem “sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas” sob outros termos. De início cabe notar que o termo “vulgo” não figura nos *Discorsi*. Além disso, contrapondo-se a Tito Lívio, Maquiavel afirma que, “enquanto a república romana se manteve incorrupta, o povo romano nunca serviu com humildade nem dominou com soberba; aliás, com suas ordenações e magistraturas, manteve com honra a sua posição”, e conclui: “E quando era necessário sublevar-se contra um poderoso, ela o fazia” (MACHIAVELLI, 2007, p. 168).

É exatamente no capítulo 4 do livro I dos *Discorsi*, o qual, como vimos, trata das causas da sublevação popular no advento da república, que Maquiavel é taxativo: “os povos, mesmo sendo ignorantes, são capazes de entender a verdade” (MACHIAVELLI, 2007, p. 23). Maquiavel sabe que o povo pode “enganar-se” ou “deslumbrar-se” (MACHIAVELLI, 2007, p. 110), mas, sempre que aborda tal questão, sua preocupação sempre se volta para as razões que *os levam a tanto*.

Voltado para as aparências, “o comum dos homens se nutre tanto do que parece ser quanto do que é: aliás, muitas vezes se comovem mais com as coisas que parecem ser do que com as que são” (MACHIAVELLI, 2007, p. 87). Em compensação, “os homens se enganam muito nas coisas gerais, e não tanto nas particularidades” (MACHIAVELLI, 2007, p. 139). Com isso, Maquiavel mostra que a força do homem do povo é também a sua fraqueza. Incapaz de alcançar a verdade na generalidade das coisas¹², o plebeu é capaz de entender a verdade nas particularidades. Como

12 Motivo pelo qual “sempre será fácil persuadir a multidão quando nas coisas propostas for visível o ganho, ainda que por trás dele haja perda, e quando elas parecerem corajosas, ainda que por trás esteja a ruína da república: por isso, é sempre difícil per-

veremos na sequência, essa força será decisiva na caracterização da *virtù* popular em Maquiavel¹³.

NÃO HÁ TUMULTO ONDE NÃO HÁ RAZÃO PARA TANTO

Maquiavel é insistente quanto a essa questão. São recorrentes as passagens do livro I dos *Discorsi* nas quais Maquiavel argumenta que só houve tumultos onde houve razões para que ocorressem. Para tanto, concorre decisivamente a noção de confiança. Por exemplo, ao abordar as leis que contemplem a segurança de todos, Maquiavel argumenta que, “se o povo vir que tais leis não serão violadas, sejam quais forem os acontecimentos, o príncipe em breve começará a viver seguro e contente” (MACHIAVELLI, 2007, p. 68).

Partindo da noção de que “os homens agem por necessidade ou por escolha” e que “é maior a *virtù* onde haja menos escolhas” (MACHIAVELLI, 2007, p. 10), Maquiavel procura mostrar que os tumultos sempre ocorreram quando houve perda de confiança, isto é, devido a uma causa natural e, portanto, por necessidade. Este ponto, aliás, é central dentro de nossa investigação, posto que nosso ponto de partida consistiu em

suadir o povo das providências em que pareça haver alguma covardia ou perda, ainda que por trás haja salvação ou ganho” (MACHIAVELLI, 2007, p. 154).

13 Uma investigação das mais interessantes consistiria em notar quais verbos são empregados por Maquiavel nas passagens em que a plebe é sujeito gramatical. Um exame não sistemático de alguns pontos do livro I dos *Discorsi* dá conta de que, além de sentir, perceber, ver, querer, desejar e acreditar, em Maquiavel a plebe é capaz também de deliberar, acreditar, reconhecer, restabelecer, considerar, deliberar, julgar e, deveras importante, fazer e negar-se a fazer (cf. MACHIAVELLI, 2007, pp. 12, 121-2, 126, 128-9, 138-9 e 141). É tamanha a adesão de Maquiavel à ideia de que o povo é apto a entender a verdade e, informando por este entendimento, a agir ou omitir, que até mesmo n’O *Príncipe* tal ideia já havia aparecido: “quando [o povo] percebe que não pode resistir aos grandes, dá reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade” (MACHIAVELLI, 2001, p. 43).

examinar por que, no advento da república, Maquiavel caracteriza a “segunda fortuna” de Roma como obra do “acaso”.

Em verdade, a sublevação popular mencionada na introdução não ocorreu por acaso, mas por necessidade. Se a passagem contrapõe Roma a Esparta, é digno de nota que Esparta observou as leis “por mais de oitocentos anos sem as corromper e sem nenhum tumulto perigoso” (MACHIAVELLI, 2007, p. 13), que a “observância [da reverência] eliminava todas as razões para tumultos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 28) e que “os nobres nunca deram [à plebe], com maus-tratos, o desejo de [possuir cargos]”, de modo que, “como a plebe não temesse nem desejasse o poder, estava eliminada a disputa que ela pudesse ter com a nobreza, logo a razão para tumultos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 13). O mesmo ele diz da república romana: “tantos bons efeitos oriundos daquela república só podiam ser causados por ótimas razões” (MACHIAVELLI, 2007, p. 23).

De uma maneira geral, a razão dos tumultos reside na maior parte das vezes na opressão: “os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo” (MACHIAVELLI, 2007, p. 23). Note-se que Maquiavel alarga o conceito de opressão, de tal maneira que a simples suspeita produz o mesmo efeito da opressão que vai às vias de fato. Afinal, “os homens que começam a temer males que possam vir a sofrer garantem-se de todos os modos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 136).

A suspeição, por sua vez, não consiste em um vício; trata-se, antes, de um afeto natural¹⁴. E as razões para a suspeição, na plebe, residem

14 Argumenta Maquiavel: “se disso [suspeita] um príncipe não consegue defender-se, não será milagre nem coisa digna de memória que um povo não o consiga” (*Ibidem*,

no príncipe ou, no caso da república, na ação imprudente dos grandes.

Assim, “ofende muito um estado quem provoca todos os dias no ânimo dos teus cidadãos novos humores com novas injúrias cometidas contra este ou aquele” (MACHIAVELLI, 2007, p. 135). No mesmo sentido, “é danoso a uma república ou a um príncipe manter aflitos e amedrontados os ânimos dos súditos, com contínuas penas e ofensas” (MACHIAVELLI, 2007, p. 136). Tratando da crise da república romana e do advento do império, Maquiavel é taxativo: “Se a nobreza se tivesse mantido naquela conduta [demonstrações feitas em benefício da plebe], teria eliminado todo e qualquer tumulto naquela cidade” (MACHIAVELLI, 2007, p. 150). Esta última passagem será importante para a discussão a seguir, quando trataremos da abordagem de Maquiavel sobre os desdobramentos da Lei Agrária na república romana.

Uma vez que, ao tratar de Esparta, Maquiavel tenha feito menção à “observância da reverência”, é importante notar que esta designa “certa atenção ao bem comum”¹⁵. Princípio fundamental desde a filosofia grega, o “bem comum” figura com centralidade no pensamento político de Maquiavel, ao contrário do que o *maquiavelismo* pugna, es-

p. 95). Segundo Maquiavel, os povos têm “menos razão para suspeitar” (MACHIAVELLI, 2007, p. 96), sendo que, na república romana Roma, uma vez que “todos, nobres e não nobres, se empenhavam na guerra (...), não havia motivos para suspeita por serem muitos e vigiarem-se” (MACHIAVELLI, 2007, p. 98, o destaque é meu).

15 Segundo a nota 12 da edição dos *Discorsi* da MF Não surpreende, portanto, que Maquiavel tenha sustentado que “nada é tão capaz de refrear uma multidão concitada quanto a reverência por algum homem austero e com autoridade que se lhe oponha”, de modo que “quem (...) estiver numa cidade onde surja algum tumulto deverá apresentar-se com a maior benevolência e honradez que puder, investindo-se dos títulos que tiver, para tornar-se mais digno de reverência”. Conclui Maquiavel, nessa mesma passagem: “não há remédio mais seguro e necessário para refrear uma multidão concitada do que a presença de um homem, a qual pareça ser e de fato seja digno de reverência” (MACHIAVELLI, 2007, pp. 157-158).

tando pressuposto no exame das razões que, segundo Maquiavel, levam os povos a causar tumultos. Este exame é possível, uma vez que “sempre se veem os mesmos tumultos em todos os tempos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 121). Quais são, porém, tais razões, no particular, é o que veremos agora.

TUMULTOS SÃO CAUSADOS PELA DESIGUALDADE

Não obstante aparecer poucas vezes no livro I dos *Discorsi*, quando a questão da desigualdade aparece, ela é introduzida de maneira bastante enfática, em particular nos capítulos 37, que trata da Lei Agrária – segundo Maquiavel, fonte da ruína da república romana –, e no capítulo 55, em cujo título Maquiavel afirma que “onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república”.

No capítulo 37, Maquiavel faz logo de início uma digressão filosófica para advogar que a origem da inimizade e da guerra entre os homens reside no desejo. Não é o caso de reconstruir todo o argumento sobre a Lei Agrária presente no capítulo, no qual Maquiavel recorre a uma reconstituição histórica, discernindo suas fases. Porém, é forçoso mencionar um ponto: uma vez conquistados os tribunos, “desejo ao qual foi forçada por necessidade”, a plebe “começou a lutar por ambição e a querer dividir cargos e patrimônios com a nobreza”.

À primeira vista, ao contrapor *por necessidade* e *por ambição*, o argumento parece convergir com a visão tradicional segundo a qual a ruína da república romana teria ocorrido em função do comportamento vicioso da plebe. Não é o que se concluirá da leitura de todo o capítulo 37. Pois, ao final da reconstituição, Maquiavel surpreendentemente retoma o argumento do capítulo 4 do livro I: “nem por isso renuncio a tal

opinião [*Discorsi* I 4]: porque é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por várias vias e de vários modos numa cidade, logo a levará à ruína”, do que conclui: “isso teria ocorrido muito mais cedo caso a plebe, seja com essa lei, seja com outros desejos seus, não tivesse refreado a ambição dos nobres”(MACHIAVELLI, 2007, p. 116).

A conclusão não para aí. Prossegue Maquiavel: “veja-se também por aí como os homens estimam mais o patrimônio do que as honras. Porque a nobreza romana sempre cedeu à plebe sem excessivos tumultos quando o assunto eram honras, mas, quando se tratou do patrimônio, foi tão grande a sua obstinação na defesa deste que a plebe, para saciar seu apetite, recorreu aos meios extraordinários de que falamos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 116). Vale aqui lembrar do que Maquiavel dirá alguns capítulos adiante, fazendo menção exatamente ao contexto da crise da república: “Se a nobreza se tivesse mantido naquela conduta [demonstrações feitas em benefício da plebe], teria eliminado todo e qualquer tumulto naquela cidade”(MACHIAVELLI, 2007, p. 150).

Assim, os tumultos provocados pela plebe no contexto da Lei Agrária ocorreram como uma reação da plebe à ganância dos grandes. Aliás, é digno de nota que, apesar de apontar os Gracos como culpados pela crise, Maquiavel reconhece que “neles se deve louvar a intenção”, qual seja, o esforço de eliminar a desordem (cf. MACHIAVELLI, 2007, p. 116). Ora, foram desordens *anteriores* o solo fecundo onde os tumultos germinaram.

No capítulo 55, Maquiavel argumenta que “as repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil-homem [*gentiluomo*]; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes

inimigos dos senhores e gentis-homens que existem naquela província” (MACHIAVELLI, 2007, p. 161). Essa tese já havia aparecido na caracterização de Esparta, onde, segundo Maquiavel, havia “mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos” e onde “havia igual pobreza” (MACHIAVELLI, 2007, p. 28).

A crítica aos gentis-homens confunde-se com a crítica à ociosidade e à vida vivida às custas do trabalho alheio, dirigida aos que vivem de renda e não trabalham e àqueles que, *além disso*, têm poder político: “para esclarecer o que é chamado de gentil-homem, digo que gentis-homens são chamados os que vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência”. Segundo Maquiavel, “esses são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias, porém mais perniciosos são aqueles que, além de terem as fortunas de que falamos, comandam em castelos e têm súditos que lhes obedecem” (MACHIAVELLI, 2007, p. 161)¹⁶.

Essa questão é de suma importância para o nosso propósito. Na introdução, partimos dos parágrafos iniciais dos *Discorsi*, nos quais Maquiavel aborda a crise que deu origem à república romana, para ali localizar o problema. Em um dos trechos já citados, Maquiavel contara: “quando os Tarquínios morreram, os nobres perderam o medo e começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam” (MACHIAVELLI, 2007, p. 20). Logo na sequência dessa passagem, Maquiavel argumenta que “os

16 Vale aqui lembrar da famosa afirmação de Maquiavel, segundo a qual “um príncipe não deve ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda” (MACHIAVELLI, 2001, p. 69).

homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade; mas onde são muitas as possibilidades de escolha e se pode usar da licença, tudo logo se enche de confusão e desordem” (MACHIAVELLI, 2007, p. 20). Vê-se por aqui que Maquiavel, sutilmente, critica a ociosidade dos grandes no contexto em questão e localiza nela a causa dos tumultos que deram lugar aos tribunos da plebe¹⁷.

TUMULTOS SÃO CAUSADOS PELO CERCEAMENTO À LIBERDADE

A leitura do livro I dos *Discorsi* não permite discernir com exatidão de que liberdades Maquiavel escreve, exceto a liberdade de acusar, que é textualmente mencionada. Segundo Maquiavel, essa liberdade “permite o desafogo [*sfogare*] daqueles humores que de algum modo cresçam nas cidades contra qualquer cidadão: e quando tais humores não têm como desafogar-se por modos ordinários, recorre-se a modos extraordinários, que levam toda a república à ruína” (MACHIAVELLI, 2007, p. 33).

A figura do “desafogo” de afetos ou humores no povo é enfatizada no capítulo 7, onde a liberdade de acusar é associada ao “desafogo dos humores ordenado pelas leis” (MACHIAVELLI, 2007, p. 33)¹⁸, ao “desafogo da ira” (MACHIAVELLI, 2007, p. 33), ao “desafogo do ânimo” (MACHIAVELLI, 2007, p. 34-35) e ao “desafogo dos humores malignos” (MACHIAVELLI,

17 Se a plebe é ociosa por não dedicar-se à milícia, tal crítica é diretamente desconstruída quando Maquiavel trata da ausência de soldados próprios. Em total sintonia com a tese de que a culpa dos tumultos malignos é dos grandes, para Maquiavel a culpa da ausência de soldados próprios é dos príncipes, “que não souberam fazer de seus homens, soldados”, do que conclui: “se não há soldados onde há homens, isso provém de uma falha do príncipe” (MACHIAVELLI, 2007, p. 80).

18 Segundo Maquiavel, “nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis” (MACHIAVELLI, 2007, p. 33).

2007, p. 36). Antes, porém, já no capítulo 4 – que versa sobre as raízes da liberdade romana sob a desunião entre a plebe e o senado, assunto que foi o ponto de partida deste artigo –, Maquiavel já argumentara que “toda cidade de ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes” (MACHIAVELLI, 2007, p. 22).

O ponto central, segundo Maquiavel, é que “quando [os humores que crescem nas cidades contra qualquer cidadão] não têm como desafogar-se por modos ordinários, recorre-se a modos extraordinários, que levam toda a república à ruína” (MACHIAVELLI, 2007, p. 33). Em sintonia com o que foi dito antes, a saber, de que numa república bem ordenada não ocorrem tumultos se não há razões para tanto, aqui Maquiavel argumenta no mesmo sentido: o povo recorre a “modos extraordinários” em não havendo “modos ordinários” à sua disposição, motivo pelo qual Maquiavel pôde argumentar, falando de um caso que se sucedeu com o povo em Florença: “não contando com um via ordinária para reprimi-lo, pensaram nas vias extraordinárias”. Em última instância, cabia aos grandes a tarefa de fornecê-los, do que conclui: “e assim, de todos os lados, ter-se-ia extinguido aquele apetite, que foi razão de tumultos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 35).

É de notar que, para Maquiavel, a inexistência de “modos ordinários” para acusar e executar penas, ou seja, “com forças e ordens públicas, dentro de seus próprios termos, não se ultrapassando os limites” (MACHIAVELLI, 2007, p. 34), é especialmente importante porque leva os cidadãos a fazê-lo pelas próprias mãos, isto é, com forças privadas ou estrangeiras, “o que arruína a vida livre” (MACHIAVELLI, 2007, p. 34): “daí decorreria ofensa entre particulares; ofensa que gera medo; medo que busca defesas; para a defesa arranjam-se partidários; dos partidários nas-

cem as facções nas cidades; das facções, a sua ruína” (*idem, ibidem*).

Em contraste, como na república romana antes da crise desencadeada pela Lei Agrária “não havia razões para suspeitar”, logo “nunca foi abolida a liberdade de nenhum de seus cidadãos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 91). Quando da Lei Agrária, porém, “recorreu-se aos remédios privados, e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse” (MACHIAVELLI, 2007, p. 115).

TUMULTOS MALIGNOS SÃO CAUSADOS POR INCITAÇÃO DOS NOBRES

Como vimos à exaustão, há tumultos que são favoráveis à liberdade¹⁹. Não é o caso de todos os tumultos. Há alguns exemplos no curso dos *Discorsi*. O ponto é que, em todos estes exemplos, um traço salta aos olhos: os tumultos malignos à liberdade são, quase sempre, provocados pelos grandes.

A própria abordagem da Lei Agrária já partia dessa premissa se considerarmos que Maquiavel atribui, em última instância, à obstinação da nobreza em defender seu patrimônio e as desordens provocadas por esse comportamento a raiz dos tumultos de então.

Nessa mesma direção, ao fazer menção aos desejos de manter e conquistar, Maquiavel argumenta: “facilmente ambos os desejos [manter e conquistar] podem dar razão a enormes tumultos. No entanto, no mais das vezes, estes são causados por aqueles que mais possuem” (MACHIAVELLI, 2007, p. 26). Assim, se é a plebe quem sai às ruas, sendo ela, digamos, a protagonista dos tumultos, no mais das vezes tais tumultos

19 “os infinitos tumultos ocorridos em Roma não [prejudicaram], mas, ao contrário, [favoreceram] a república, visto que a finalidade dos homens era boa” (MACHIAVELLI, 2007, p.70).

são provocados pela incitação dos grandes: “E também há muitos cujo comportamento incorreto e ambicioso acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja para vingar-se dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse as riquezas e das honrarias que percebem estar sendo mal empregadas pelos outros” (MACHIARELLI, 2007, p. 26).

É precisamente disso que trata o capítulo 8 dos *Discorsi*. Ao abordar um caso de disputa entre dois homens grandes em Roma, um general e um cônsul, Maquiavel mostra que a estratégia de um deles foi exatamente incitar a plebe: “voltou-se para a plebe, semeando várias opiniões sinistras em seu seio” (MACHIARELLI, 2007, p. 37). E, em face das calúnias que este homem dirigiu contra seu adversário, Maquiavel nota que tais palavras “produziram grande efeito na plebe, e desse modo ele começou a ter grande apoio e a provocar, a seu bel-prazer, muitos tumultos na cidade” (MACHIARELLI, 2007, p. 26, destaque meu).

Assim, em sintonia com o tópico anterior, a calúnia – sendo um “modo extraordinário” de acusar – figura nos *Discorsi* como um dos instrumentos por excelência da incitação de tumultos malignos no seio da plebe. Daí porque Maquiavel retoma aquele ponto no capítulo 8: “que se possa acusar qualquer cidadão, sem medo nem receio algum”, caso contrário “sempre ocorrem desordens” (MACHIARELLI, 2007, pp. 38-39). A calúnia difunde-se onde não há tal ordenação. E se em Florença houvesse tal ordenação “não teriam ocorrido os infinitos tumultos que ocorreram” (MACHIARELLI, 2007, p. 39). Todavia, também em Florença o caluniador, “pondo-se ao lado do povo e confirmando a má opinião que este tinha dos poderosos, conseguia sua amizade” (*idem, ibidem*).

Maquiavel retomará essa questão ao abordar as cidades corrompidas, pois também a corrupção do povo é obra os grandes. Por exem-

plo, mencionará Maquiavel a “corrupção que as facções de Mário havia inculcado no povo” (MACHIAVELLI, 2007, p. 70). E, discorrendo sobre as razões que tornam os cidadãos maus, Maquiavel vale-se de dois termos emblemáticos: “o povo ou era *enganado*, ou *forçado a* deliberar a sua própria ruína” (MACHIAVELLI, 2007, p. 74, destaque meu).

O POVO TEM MAIS *VIRTÙ* QUE OS GRANDES

Ao leitor de Maquiavel acostumado com *O Príncipe*, tal proposição produzirá enorme estranheza. Afinal, esta obra é dedicada a caracterizar a *virtù* no príncipe, ao povo cabendo o papel de coadjuvante. Se ela aparece no *Discorsi*, é de notar a maneira como Maquiavel a apresenta. No curso da obra, essa proposição aparece de maneira fraca e implícita, para ser posta com toda ênfase no capítulo 58.

Uma das poucas menções àquilo que se poderia identificar como *virtù* popular ocorre quando Maquiavel argumenta que, “sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham *mais zelo* e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem” (MACHIAVELLI, 2007, p. 24, destaque meu).

A ênfase que será dada no capítulo 58 é tão mais surpreendente quando se leva em conta que a figura do “homem bom”²⁰ aparece com

20 “Quem considerar bem as histórias romanas, verá como a religião servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons” (MACHIAVELLI, 2007, p. 50); “quanta bondade e religião havia naquele povo [romano] e quanto bem se podia esperar dele” (MACHIAVELLI, 2007, p. 159). Embora fuja parcialmente do escopo do presente artigo, convém aqui tratar, ainda que brevemente e apenas em nota, da questão da maldade vs. bondade na obra de Maquiavel, dada a importância dessa questão. É conhecida a passagem dos *Discorsi* segundo a qual “quem estabelece uma república e ordena suas leis, precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião”. À

destaque no livro I quando Maquiavel trata da religião como instrumento de dominação dos grandes sobre os povos ou, para usar termos do próprio Maquiavel, como “um dos remédios” usados pela nobreza (MACHIAVELLI, 2007, p. 58)²¹ para produzir o “arrefecimento dos ânimos da plebe” (*idem ibidem*) pelo terror ou temor a Deus (ou aos deuses). Dirá Maquiavel: “quanta confiança se pode ganhar usando bem a religião” (MACHIAVELLI, 2007, p. 64).

Segundo Maquiavel, é “mais fácil manter religiosa e, por conseguinte, boa e unida a república” (MACHIAVELLI, 2007, p. 53). Daí a ne-

primeira vista, Maquiavel parece afirmar que os homens são maus. Não nos parece tratar-se disso. O que Maquiavel afirma é que o legislador, enquanto tal, precisa partir disso como pressuposto, *como se* os homens fossem maus. Trata-se, antes, de um limite que serve de parâmetro para o legislador, que deve ordenar a república e legislar pensando não no melhor cenário, nem num cenário realista, mas no pior cenário. Aliás, é o próprio Maquiavel quem desmentirá tal interpretação, quando dirá que “os homens trilham certos caminhos do meio, que são de todo danosos; porque não sabem ser nem totalmente maus, nem totalmente bons” (MACHIAVELLI, 2007, p. 89) e que “os homens não sabem ser nem de todo malvados nem de todo bons”, “por serem ambíguos, entre a incerteza e a ambiguidade são eliminados” (MACHIAVELLI, 2007, p. 97). Mesmo em relação ao príncipe, tampouco Maquiavel advoga em favor da maldade do príncipe de maneira irrestrita. Dirá Maquiavel: “deves parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, *quando necessário*, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário. (...) Precisa, portanto, ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e, como disse acima, não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, *se necessário*” (MACHIAVELLI, 2001, p. 85, o destaque é meu). A tese de que o príncipe deve saber ser mal *quando necessário* reaparece nos *Discorsi* sob a figura da “ação extraordinária” (cf. MACHIAVELLI, 2007, p. 41). Em relação aos fins, em sintonia com inúmeros exemplos oferecidos por Maquiavel ao longo das duas obras, é de notar que Rômulo teria sido violento “para consertar”, não “para estragar” (*Ibidem, Idem*). Aqui identificamos o “bem comum” do qual já tratamos neste artigo. Em suma, Maquiavel nunca sustentou que os fins justificam os meios; sustentou, sim, que *certos* fins justificam *certos* meios.

21 Nesse mesmo sentido, Maquiavel argumenta que Numa, “desejando [conduzir o povo] à obediência civil [respeito às leis] com as artes da paz, voltou-se para a religião” (MACHIAVELLI, 2007, p. 49).

cessidade de conhecer essa que é a “ordenação principal” sob a qual “os homens nasceram, viveram e morreram”, a saber, o “fundamento da vida de toda religião” (MACHIAVELLI, 2007, p. 52). Maquiavel preocupa-se centralmente com a incorruptibilidade do povo²², cético que parece ser em relação aos nobres: “um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre”, a partir do que advertirá: “o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propagada, sendo ainda maior a parte boa que a podre” (MACHIAVELLI, 2007, p. 65). Atente-se para o fato de que, para Maquiavel, a “corrupção e pouca aptidão à vida livre provêm de uma desigualdade existente na cidade” (MACHIAVELLI, 2007, p.71). Ao introduzir este tema, Maquiavel prepara o terreno para a crítica à desigualdade – já examinada neste artigo – e para o que virá no capítulo 58²³.

O capítulo 58 aparece como uma reviravolta na narrativa. Fazendo menção à visão tradicional segundo a qual “nada é mais instável e inconstante que a multidão” (MACHIAVELLI, 2007, p. 166)²⁴, Maquiavel não só a anula como a inverte: “do defeito de que os escritores acusam a multidão podem ser acusados todos os homens individualmente, e sobretudo os príncipes” (MACHIAVELLI, 2007, p. 167, destaque meu). Maquiavel

22 Tratando do contexto dos tumultos de que falamos na introdução, Maquiavel argumenta que “se a corrupção que havia [nos reis de Roma] tivesse começado a espalhar-se pelos membros (...) teria sido impossível reformá-la” (MACHIAVELLI, 2007, p. 170).

23 “Essa ausência de corrupção foi a razão de os infinitos tumultos ocorridos em Roma não terem prejudicado, mas, ao contrário, favorecido a república, visto que a finalidade dos homens era boa” (MACHIAVELLI, 2007, p. 70); “assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes” (MACHIAVELLI, 2007, p. 72).

24 Segundo Maquiavel, “é o que afirmam Tito Lívio e todos os outros historiadores”.

argumenta que “enquanto a república romana se manteve incorrupta, o povo romano nunca serviu com humildade nem dominou com soberba; aliás, com suas ordenações e magistraturas, manteve com honra a sua posição. E quando era necessário sublevar-se contra um poderoso, ela o fazia” (MACHIAVELLI, 2007, p. 168). A última frase da passagem anuncia a solução para o problema que nos propusemos investigar.

O argumento inicia-se por uma maestria retórica, formada por uma sequência de três comparações. Na primeira, ao tratar dos feitos do povo romano, Maquiavel compara o povo aos “príncipes considerados sábios” (*idem, ibidem*); na segunda, ao tratar dos erros do povo, Maquiavel o compara a Alexandre Magno e Herodes, qualificando-os como “homens enfurecidos e irrefreados” (MACHIAVELLI, 2007, pp. 168-169); na terceira, ao tratar das inconstâncias, Maquiavel compara o povo aos “tiranos e príncipes”, mas com a ressalva: “entre outros tiranos e príncipes veem-se inconstâncias e mudanças de comportamento, *que não se veem em multidão alguma*” (MACHIAVELLI, 2007, p. 169, o destaque é meu).

Assim, sob um jogo retórico, partindo da visão tradicional segundo a qual a multidão só é igualável aos grandes quando estes caem na tirania, Maquiavel inverte o quadro ao igualar a plebe aos príncipes sábios²⁵ e aos homens mais louvados, por um lado, e ao mostrar que a

25 E o fará novamente: “um povo que comande e seja bem ordenado será estável, prudente e grato, não diferentemente de um príncipe considerado sábio; por outro lado, um príncipe desregrado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo” (MACHIAVELLI, 2007, p. 169). Assim, Maquiavel inverte também o conceito de sabedoria. Aqui, o príncipe sábio confunde-se ao prudente, nada tendo a ver com a visão tradicional do sábio, contra quem Maquiavel escreve: “Não agradou [aos romanos] jamais aquilo que está na boca de todos os sábios dos nossos tempos – gozar os benefícios do tempo –, mas sim os benefícios de sua *virtù* e prudência, porque o tempo leva adiante todas as coisas e pode trazer consigo tanto o bem como o mal, e tanto o mal como o

inconstância na plebe é inigualável àquela vista nos príncipes e tiranos, por outro.

Daí em diante, há uma sequência de comparações diretas entre o povo e os príncipes²⁶, fundamentadas na antítese entre “bem comum” e “bem particular”: “as crueldades da multidão são contra aqueles que ela teme, que se apoderam do bem comum; as de um príncipe são contra aqueles que ele teme e se apoderam de seu bem próprio” (MACHIAVELLI, 2007, p. 172), com base na qual Maquiavel evoca não apenas a superioridade da república sobre o principado, como a superioridade da república popular (MACHIAVELLI, 2007, pp. 170-171), chegando a afirmar que “[são] melhores os governos dos povos que os dos príncipes” (MACHIAVELLI, 2007, p. 171).

Dito isso, Maquiavel pode agora explicitar o que o início dos *Discorsi* mascarou e, à primeira vista, desmentiu: “Se pensarmos num príncipe vinculado às leis e num povo acorrentado a elas, *veremos mais virtù no povo que no príncipe*” (*idem ibidem*, o destaque é meu). Maquiavel é ciente de que semelhante tese representa uma afronta à tradição, motivo pelo qual emprega termos sutis: “[parece] que, por alguma *virtù oculta*, [o povo] prevê seu mal e seu bem” (MACHIAVELLI, 2007, p. 170).

bem” (MACHIAVELLI, 2001, pp. 12-13).

26 “Os povos são menos ingratos que os príncipes”; “o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe”; “quanto ao julgamento das coisas, são raríssimas as vezes em que, ouvindo dois oradores de tendências diferentes e igual *virtù*, ele [povo] deixe de seguir a melhor opinião e não seja capaz de entender a verdade que ouve”; “nas escolhas que os povos fazem dos magistrados, elas são sempre bem melhores que as dos príncipes”; “[o povo] por muitos séculos se mantém na mesma opinião”, ao contrário dos príncipes; “o povo, em bondade e glória, é muito superior”; “veremos menos erros no povo que no príncipe, sendo tais erros menores e mais remediáveis” (MACHIAVELLI, 2007, pp. 170-1).

CONCLUSÃO

Feito nosso percurso, podemos agora voltar com segurança ao problema que é o foco deste artigo. Com base no que foi dito, podemos concluir que não se deve associar o “acaso” (MACHIAVELLI, 2007, pp. 18-19) com ausência de *virtù*. Há em Maquiavel uma *virtù* popular, que é uma *virtù* oculta. Do ponto de vista da retórica de Maquiavel, bem como de sua estratégia de exposição, notamos que nas primeiras linhas dos *Discorsi* Maquiavel constrói o argumento valendo-se de conceitos que à primeira vista parecem significar algo e que só mais adiante serão plenamente compreendidos, criando no leitor um efeito reverso à medida que a leitura dos *Discorsi* avança. Assim, as teses postas no começo da obra vão ganhando novos contornos até adquirir significados diversos daquele que à primeira vista tinham.

À primeira vista descoladas de qualquer *virtù* popular, a “segunda fortuna” de Roma parece querer conciliar-se com a visão tradicional, que associa a plebe ao vulgo ignóbil – embora já ali os tumultos tenham sido louvados, sem, contudo, que o crédito fosse dado a quem merecia, mas ao acaso; à guisa da conclusão, porém, a “segunda fortuna” surge como fruto da ação do povo romano, um povo não corrompido e dotado de *virtù*²⁷.

27 Tal estratégia de exposição parece obedecer à lógica de que “a opinião contrária aos povos nasce porque dos povos todos podem falar mal sem medo, livremente, mesmo que ele reine, ao passo que dos príncipes sempre se fala com mil medos e escrúpulos” (MACHIAVELLI, 2007, p. 172). Se Maquiavel não adere a essa lógica, sua estratégia consiste em não confrontá-la aberta e diretamente num primeiro momento, para fazê-lo ao final.

A “segunda fortuna” Roma teve depois de ter sido ordenada. Ora, “ainda que um só seja capaz de ordenar, a coisa ordenada não durará muito se repousar sobre os ombros de um só, mas apenas quando for entregue aos cuidados de muitos, e a muitos couber mantê-la. Porque, assim como muitos não são capazes de ordenar uma coisa, por não conhecerem o bem que há nela, devido às diferentes opiniões que têm entre si, uma vez que o saibam, não se conformam em abandoná-lo” (MACHIAVELLI, 2007, p.42).

No mesmo sentido, dirá Maquiavel no capítulo 58, dedicado à *virtù* popular, que “se os príncipes são superiores aos povos na ordenação das leis, na constituição da vida civil, no estabelecimento de novos estatutos e novas ordenações, os povos também são superiores na manutenção das coisas ordenadas, aumentando, assim, sem dúvida, a glória daqueles que as ordenam” (MACHIAVELLI, 2007, p. 171). O povo romano completou a ordenação original. Daí Maquiavel afirmar que Roma foi “ordenada por si mesma e por tantos homens prudentes” (MACHIAVELLI, 2007, p. 146, o destaque é meu).

Maquiavel acredita no povo porque sabe qual é sua força: “onde a opinião do povo tiver algum peso, elas sempre serão aceitas, e quem for de outra opinião não poderá evitá-las” (MACHIAVELLI, 2007, p. 156). A tese mais significativa do livro I dos *Discorsi*, a nosso ver, é também uma tomada de posição: “é possível abrir depressa os olhos dos povos, encontrando-se um modo de fazê-los descer aos particulares, vendo que se enganam no geral” (MACHIAVELLI, 2007, p. 142).

Se assim é, por que Maquiavel é cético quanto ao “demasiado desejo do povo de ter liberdade”? (MACHIARELLI, 2007, p. 127). Porque o povo não é sempre um sujeito homogêneo. Maquiavel conhece e aborda nos *Discorsi* a dialética entre “todos” e “cada um”. No capítulo 57, intitulado “*A plebe unida, é mais forte; dispersa, é mais fraca*”, Maquiavel concluirá: “depois que os ânimos se asserenam um pouco e cada um percebe que precisa voltar para casa, todos começam a duvidar de si mesmos e a pensar em pôr-se a salvo fugindo ou entrando em acordo” (MACHIARELLI, 2007, p. 166). Ao povo disperso, resta escolher um líder²⁸. O problema da *virtù* popular não foi resolvido, mas agora assume novo patamar.

28 “Quando os grandes percebem que não podem resistir ao povo, começam a exaltar a fama de um deles e o tornam príncipe para poder, sob sua sombra, desafogar o apetite. O povo também, quando percebe que não pode resistir aos grandes, dá reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade” (MACHIARELLI, 2001, p. 43). “Tito Lívio diz que não lhes [povo] faltava o que responder, mas faltava-lhes quem desse a resposta” (MACHIARELLI, 2007, p. 133); “as más disposições [no povo] nascidas dessas razões [perda da liberdade ou de seu príncipe amado] são mais temíveis que quaisquer outras, e há necessidade de grandes remédios para refreá-las: as outras são fáceis, desde que não haja um cabeça a quem a plebe possa recorrer” (MACHIARELLI, 2007, pp. 165-166); “uma multidão assim concitada, para escapar a tais perigos, logo precisa escolher em seu próprio seio alguém que a governe, que a mantenha unida e pense na sua defesa (...). se isso não for feito, sempre ocorrerá aquilo que Tito Lívio diz nas palavras acima citadas, que todos juntos são fortes, mas, quando cada um começa a pensar no seu próprio perigo, todos se tornam covardes e fracos” (MACHIARELLI, 2007, p. 166).

THE SECOND FORTUNE. MACHIAVELLI AND SOCIAL DIVISION

ABSTRACT In the first lines of the *Discorsi*, comparing the foundation of Rome and the foundation of Sparta, Maquiavel claims: “(...) if Rome did not attain the first fortune, she at least had the second”. In this article, we will examine what is the second fortune and its possible relation with the popular *virtù*. In opposition to the tradition, that links perfection to social indivision and lack of conflict, Machiavelli points out that the disunity between the plebs and the great was exactly the key factor in the development of the perfection of Republic and free life.

KEYWORDS Machiavelli, popular *virtù*, fortune, tumult, conflict.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, M. (2003) *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MACHIAVELLI, N. (2007) *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: MF; Glossário e revisão técnica: Patrícia Fontoura Aronovich. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2001) *O Príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser; Revisão: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2ª Edição.
- _____. (1971) *Tutte le opere*. A cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni.

Recebido em 10/03/2015. Aceito em 25/04/2015.